

Fisco



Auditores Fiscais de todo o país se reúnem em Curitiba para Encontro Jurídico

 p. 4 e 5

Valorização



Campanha do SINDAFEP em defesa dos Auditores

p. 3

Sindical



Assembleia define propostas de alteração ao anteprojeto do governo

p. 13

Defesa da Categoria



SINDAFEP inicia defesa da categoria por Paranaguá

p. 11

Nacional



Exemplo tributário alemão é tema de palestra da Fenafisco

p. 14

Social

SINDAFEP participa da 4ª edição da campanha 'Agosto Azul'

p. 19

Editorial

Palavras da diretoria

O surgimento de um estado se dá simultaneamente à criação do meio de subsistência deste. Depende de uma fonte tributária e um meio para o provimento dos recursos destinados à sua manutenção, tanto como instrumento regulatório deste núcleo social quanto como prestador de serviços aos cidadãos pertencentes a este núcleo, no caso o estado.

A existência da administração tributária precede todos os demais setores da administração pública, uma vez que esta provê os recursos destinados a suprir as necessidades e demandas criadas pelos demais, como educação, saúde, segurança, justiça, infraestrutura etc.

Em razão desta importância, que à Coordenação da Receita do Estado do Paraná (CRE) se atribui o caráter de órgão de regime especial, conforme preceitua a Lei Complementar (LC) 131/2010:

*Art. 3º. A Coordenação da Receita do Estado - CRE, **Órgão de Regime Especial** vinculado à Secretaria de Estado da Fazenda e os seus Auditores Fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e circunscrição, **precedência sobre os demais setores administrativos**, conforme art. 37, inciso XVIII, da Constituição da República Federativa do Brasil.*

Não podemos permitir que, no afogadilho de um momento de crise pontual, se imponha tal retrocesso à categoria e, principalmente, à instituição como órgão de administração tributária do estado, num total descompasso com o princípio da eficiência e o que preceitua a Constituição Federal (CF) no seu art. 37:

*XXII – as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, **atividades essenciais ao funcionamento do Estado**, exercidas por servidores de carreiras específicas, **terão recursos prioritários para a realização de suas atividades...***

Outra questão inaceitável é a extinção do Conselho Superior de Auditores Fiscais (CSAF). Esta iniciativa do governo não atenta para o princípio constitucional da isonomia em relação às demais carreiras de estado, que possuem, todas, seus conselhos superiores.

O CSAF é uma conquista da categoria dos Auditores Fiscais, sobretudo quando significa o reconhecimento como carreira típica de estado em nível de importância com as demais carreiras especiais. O Conselho Superior é órgão de decisões colegiadas, o que pressupõe a mais fiel interpretação e aplicação das disposições legais por seus membros.

Os Auditores Fiscais da Receita do Estado do Paraná não aceitam, para o estado do Paraná, o retrocesso proposto em alguns pontos pelo projeto de alteração da lei 131/2010 encaminhado à Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), enquanto todos os demais estados brasileiros caminham a passos largos na construção e aprovação de suas leis orgânicas.

A quem interessa o Fisco exposto a ingerências externas? A quem interessa reduzir a autonomia e a independência funcional do Fisco, ainda que esta autonomia atualmente seja relativa?

Expediente

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente:

José Carlos Carvalho

Vice-presidente Sindical:

Wanderci Polaquini

Vice-presidente de Administração:

Nilce Costa de Oliveira Nascentes

Vice-presidente de Finanças:

Olávio Pires Pereira

Vice-presidente de Aposentados e

Pensionistas: Delcídes Toneli

SUPLENTE

Sérgio Luiz de Oliveira Franco; Pedro Luiz de Paula Neto; Cláudio Tosatto; Clóvis Agenor Rogge.

CONSELHO FISCAL

Ghefferson Tavares; Murilo Ferreira Wallbach; Fernando Rogério Lenzi; Luiz Fernandes de Moraes Junior; Carlos Alberto Stadler.

SUPLENTE

Domingos Casselli Mansani; Luiz Ciruelos Sobrinho; José Antonio Sarturi.

CONSELHO DE REPRESENTANTES SINDICAIS

Agenor Carvalho Dias; Reginaldo de França; Carlos Alberto Tomé Coradi; João Marcos de Souza; Cesar Augusto Konart; Fernando Takeshi Ishikawa; Ricardo de Freitas; Ademir de Andrade; José Carlos Endlich; Odair Miguel Belato; Manoel Marques Neto; Wagner de Faria Lima; Genildo Duffeck Tibes; Paulo Sérgio Chagas Terra; Osni Vito; Rejane Carla Fuhr Bonamigo; Plínio Luiz Faedo; Ademar Caetano da Silva.

SUPLENTE

Acácio Biu Filho; Sandra Regina Alves; Joaquim Antonio da Silva Maia; João Marcos Tripoli; Salvador Raymundo Marin; Evaldo Ernesto Casagrande; Lauro Luiz Vasconcellos Costa; Wilson Rogério Krepsz; Jacir Ailton da Silveira; Márcio Antonio Ribeiro Rosa Mazini; José Carlos Guidotti; Luiz Antonio Marqueze; Edson Akinori Molimoto; Ignês Bruchez; Renato José Brisola; Lúcia Ana Pinquello; Fred Muniz; Erson Lopes da Silva.

SINDAFEP | 41 3221-5300

ABRIDOR DE LATAS

| www.abridordelatas.com.br |
41 3026-0630

EQUIPE DE REDAÇÃO:

Guilherme Mikami (SRTE 9458/PR)
Larissa Amorim (SRTE 9459/PR)
Larissa Knaipp
Rebeca Mileski

PROJETO GRÁFICO: Guilherme Mikami

DIAGRAMAÇÃO: Pedro Savio

TIRAGEM: 2.500 exemplares

Falecimentos

JOAO VICENTE DE SOUZA	20/06/2015
SANCLAIR RIBEIRO	22/06/2015
GERALDO BAVIA	22/06/2015
JEANINE CAPRI DIAS	29/06/2015
LEONOR DE MIRANDA	04/08/2015
WALTER NASCIMENTO	26/08/2015

Campanha institucional do SINDAFEP chega ao sétimo ano seguido

Quem acompanhou o SINDAFEP nos últimos meses pôde conhecer um pouco mais sobre o extenso trabalho e importância que os servidores da Receita Estadual possuem na garantia de recursos para os serviços essenciais à população.

Essa temática fez parte da campanha institucional deste ano, que desde 2009 expõe para toda a sociedade quais as atividades e responsabilidades da carreira do Fisco.

Neste ano, a campanha foi divulgada em 20 jornais do interior do estado e mais o Jornal Metro em Curitiba. Foram mais de 2,5 milhões de pessoas que tiveram acesso aos anúncios divulgados nos jornais.

A divulgação não parou por aí. Foram 10 diferentes spots de rádio que atingiram pessoas de todo o estado. A campanha foi a maior dos últimos anos, justamente para informar a população do estado por meio de outras mídias além das convencionais.

REDES SOCIAIS

Nas redes sociais, o apoio dos Auditores Fiscais foi fundamental para ajudar a divulgar, defender e se posicionar sobre a carreira e o trabalho desempenhado pelo Fisco. Valeu a pena todo o esforço. Foram mais de 300 mil visualizações nos 44 posts e 2 propagandas, mais de 5.400 curtidas e comentários e 1.160 visitas na página do SINDAFEP durante o período da campanha.



Essa divulgação teve um resultado especial para aqueles que se engajaram na campanha porque puderam fazer com que as pessoas de seu círculo de convivência – parentes e amigos – pudessem receber constantemente informações positivas sobre o trabalho da categoria e seu valor para a sociedade.

Agora com 50% mais curtidas na página do Facebook – obtidas durante os dois meses da campanha –, os trabalhos do SINDAFEP continuarão sendo vistos pela população do estado.

A campanha também foi eficiente porque divulgou o papel dos Auditores Fiscais e o compromisso da Receita com o bem-estar da população paranaense.

RESULTADO

Com isso, os Auditores puderam mostrar que a categoria deve ser valorizada, e que o trabalho sério da grande maioria dos Auditores Fiscais gera benefícios concretos para a sociedade.

A campanha deste ano também foi importante para responder à população quanto ao trabalho do Fisco, fortalecendo a imagem positiva da categoria.

Durante esses mais de dois meses, o SINDAFEP cumpriu um de seus principais papéis: de estar à frente na defesa dos servidores. Para a diretoria da entidade, o fim da campanha não significa um encerramento desse trabalho, mas apenas o começo de uma nova etapa.

Audidores Fiscais de todo o país se reúnem em Curitiba para Encontro Jurídico



Em 17 de agosto, Auditores Fiscais de todo o Brasil se reuniram em Curitiba para participar do Encontro Nacional dos Fiscos Estaduais e Distrital em Defesa das Garantias Constitucionais e da Lei Orgânica da Administração Tributária, que ocorreu em conjunto à 169ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo (CD) da Federação Nacio-

nal dos Fiscos Estaduais e Distrital (Fenafisco).

O evento, promovido pelo SINDAFEP em conjunto com a Federação, tratou de temas fundamentais para a categoria.

A programação do Encontro contou com quatro palestras: *Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 186/2007 – Aspectos Relevantes e*

Perspectivas; Lei Orgânica da Administração Tributária (Loat); Direito Posto e o Momento Brasileiro; e Deleção Premiada: do Ontem ao Hoje. Para discorrer sobre os temas foram convidados o presidente da Fenafisco, Manoel Isidro dos Santos Neto, e os advogados Adriana da Costa Ricardo Schier, Elias Mattar Assad e Roberto Delmanto Junior.



Com as apresentações, durante o evento os presentes fizeram uma análise completa da conjuntura, tanto no que se refere à esfera específica do Fisco – com a discussão sobre legislações que afetam diretamente a categoria –, quanto em um parâmetro geral – com relação aos cenários nacionais político e jurídico.

Para os Auditores, os debates ajudarão não só a esclarecer a categoria, mas também a sociedade em geral. “O que percebemos é que se copiam apenas coisas ruins, quando na verdade deveria haver uma valorização da carreira do Fisco. Quem perde com isso é a sociedade, que não tem o retorno que merecia em relação aos tributos que paga. Por isso acho tão importante a realização desse Encontro”, destaca o presidente do Conselho de Representantes Sindicais (CRS) do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita do Estado do Paraná (SINDAFEP), Reginaldo França.

Além das palestras, outro ponto de destaque do Encontro foi a solidariedade dos representantes do Fisco de todo o país, que declararam seu apoio ao SINDAFEP pela situação do Paraná e que os Auditores vêm enfrentando.

ABERTURA

As atividades do evento começaram logo no início da manhã, com a cerimônia de abertura do Encontro.

Durante a solenidade, o presidente do SINDAFEP, José Carlos Carvalho, defendeu o Sindicato diante da difícil conjuntura e dos ataques sofridos nos últimos tempos com os problemas investigados na Receita Estadual.

“O SINDAFEP tem tradição de transparência, ética e moral. Este Sindicato foi construído com bases sólidas. Graças à nossa história e tradição, podemos afirmar que não estamos envolvidos com estas questões”, afirmou Carvalho.

O presidente da Fenafisco, Manoel Isidro dos Santos Neto, fez uma reflexão sobre as dificuldades que a categoria vem enfrentando e também um alerta sobre as generalizações e retirada de direitos.

“Temos a obrigação de zelar para que as denúncias sejam apuradas com rigor, mas não podemos permitir que os direitos sejam pisoteados, sob pena de colocar em descrédito nossas instituições, nos igualando àqueles que estamos combatendo”, frisou Manoel.

BALANÇO

Para o vice-presidente da Fenafisco, João Marcos de Souza, a parceria entre a Federação e o Sindicato trouxe resultados positivos para os representantes de todo o país.

“Quando começamos a formatar o evento, queríamos trazer a discussão de temas muito presentes na realidade dos sindicatos e da Federação. Os debates foram muito bons e trouxeram mais segurança para o exercício das atividades do Fisco”, ressaltou.

Na avaliação da diretoria do SINDAFEP, o evento foi um sucesso. “Nosso objetivo de trazer a categoria do Paraná e de todo o Brasil para o debate foi alcançado. Com isso, conseguimos criar uma consciência nacional e a identidade na luta, porque todos estão empenhados pelas garantias das administrações tributárias, da atividade do Auditor Fiscal, do Estado e da sociedade”, destacou o vice-presidente sindical do SINDAFEP, Wanderci Polaquini.

**NO EVENTO
OS PRESENTES
FIZERAM UMA
ANÁLISE COMPLETA
DA CONJUNTURA.**



Luta por mais eficiência no Fisco com a PEC 186/2007

Mais autonomia e eficiência para os Fiscos, esse é o objetivo fundamental da PEC 186/2007, tema da palestra que abriu o ciclo de debates do Encontro Nacional dos Fiscos Estaduais e Distrital em Defesa das Garantias Constitucionais e da Lei Orgânica da Administração Tributária.

A PEC 186, também chamada PEC da Eficiência, é de autoria do deputado federal Décio Lima, e acrescenta dois parágrafos ao art. 37 da CF, para instituir lei que tratará as normas gerais aplicáveis à Administração Tributária da União, dos estados, do Distrito Federal (DF) e dos municípios. Com sua aprovação, poderá ser instituída a Loat.

Mas o que essa Proposta muda no trabalho dos Auditores e que benefícios ela traz para a sociedade? Em sua palestra *PEC 186/2007 – Aspectos Relevantes e Perspectivas*, o presidente da Fenafisco, Manoel Isidro dos Santos Neto, explicou a representantes de todo o país a importância da matéria.

“A falta de políticas sociais se dá em virtude da falta de recursos, e quem é responsável por provê-los é a administração tributária e os Auditores Fiscais. Por isso, a PEC 186 não é importante só para nós, ela é uma garantia para a sociedade”, afirmou Neto.

Segundo o presidente, a Proposta ajudaria muito a melhorar a conjuntura econômica nacional. “A socieda-



de brasileira clama por justiça social e fiscal – e esta só pode ser alcançada com administração tributária e autonomia.”

Hoje, a PEC já foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) e na Comissão Especial que analisou o texto e está pronta para ser pautada no Plenário.

LUTA

Há anos a Fenafisco e seus sindicatos filiados têm trabalhado pela criação de um projeto como a PEC 186. Desde 2004, quando foi criada a Comissão da Lei Orgânica, os Auditores já discutiam essa matéria.

O presidente do Sindicato dos Fiscais da Fazenda do Estado de Santa Catarina (Sindifisco SC), Fabiano Dadam Nau, foi um dos membros dessa comissão e conta que os debates foram fundamentais para chegar ao projeto que existe hoje.

“A necessidade da PEC nasceu no coração da Fenafisco, com os membros estudando em conjunto com as assessorias. Sem dúvida alguma, isso foi essencial para a Proposta que temos hoje – que deve mudar a realidade das administrações tributárias no Brasil”, frisa Nau.

No último ano, a Federação tem intensificado ainda mais o trabalho nos estados para mobilizar a categoria em defesa da Proposta.

Ao fim de sua palestra, Neto chamou os representantes do Fisco para se unirem e fortalecerem ainda mais a luta pela aprovação da PEC. “A Fenafisco não atua por si só. Precisamos ganhar o coração dos nossos colegas Auditores, porque, todos sonhando juntos, ele se realiza com mais rapidez. O momento da PEC 186 e da Loat está cada vez mais próximo, precisamos agir e dialogar com as autoridades políticas para conquistarmos sua aprovação”, ressaltou.

Lei Orgânica em discussão no Fisco

A *Lei Orgânica da Administração Tributária (Loat)*, importante para a categoria do Fisco, foi tema da segunda palestra do Encontro Nacional dos Fiscos Estaduais e Distrital em Defesa das Garantias Constitucionais e da Lei Orgânica da Administração Tributária.

A advogada Adriana da Costa Ricardo Schier foi quem proferiu a palestra e iniciou a discussão defendendo a importância da administração tributária como atividade essencial ao funcionamento do Estado.

“A administração tributária precisa ter autonomia. Chegou a hora de a gente querer mais. Necessitamos de uma reforma que trate a administração tributária com seu devido status. De que maneira é possível garantir uma atuação na administração tributária excelente em termos técnicos, se ainda há estados que estabelecem formas de planejamento tributário marcados pela ingerência política?”, indagou Adriana.

Para conquistar esta autonomia, a aprovação da Lei Orgânica é fundamental, de acordo com a advogada. “Com a lei, queremos dar à administração tributária o caráter de uma instituição autônoma, com estrutura própria para exercer suas atividades, função e garantia de finalidade social”, destacou.

O papel dos Auditores Fiscais também foi defendido pela palestrante.



“Os Auditores não trabalham só para manter a arrecadação pública e para a folha de pagamento dos funcionários, mas sim para manter os serviços fundamentais para o Estado”, afirmou. Mas, segundo ela, mesmo assim poucos cidadãos reconhecem sua importância para a sociedade.

Com a necessidade de mudanças e de valorização dessa administração, a instituição da Loat, por meio da aprovação da PEC 186/2007, foi o caminho apontado.

“A ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA PRECISA TER AUTONOMIA. CHEGOU A HORA DE A GENTE QUERER MAIS.”

Adriana da Costa R. Schier

“Aprovar a PEC hoje não é uma luta da categoria, é uma necessidade para que tenhamos uma administração pública eficiente, capaz, controlada e técnica. A Lei Orgânica vai fixar o conjunto de prerrogativas e de direitos e garantias que são tão fundamentais para a cidadania que nenhum governante de plantão pode mudar”, frisou Adriana.

Para os representantes do Fisco, se aprovada, a lei deve ajudar todo o país com a padronização que deverá ocorrer. “A realidade do Fisco hoje é divergente à cultura dos estados. Alguns estados ainda têm duas carreiras praticando a fiscalização de tributos estaduais. A Loat vem justamente para dar um ordenamento uniforme nacional, para que as fiscalizações sejam padronizadas e as carreiras reordenadas”, conta o diretor do Sindicato dos Agentes Tributários de Mato Grosso do Sul (Sindate/MS), Francisco Carlos de Assis.

A valorização em meio à crise

Conjuntura política nacional, leis, flexibilizações e pressão foram alguns dos assuntos abordados pelo advogado Elias Mattar Assad em sua palestra intitulada *Direito Posto e o Momento Brasileiro* – que integrou as atividades do Encontro Nacional dos Fiscos Estaduais e Distrital em Defesa das Garantias Constitucionais e da Lei Orgânica da Administração Tributária.

O momento que o país vive hoje é delicado, de acordo com Mattar Assad. Crise política e econômica, reivindicações populares e manifestações por melhores direitos e serviços mais dignos dão o tom da conjuntura atual.

No campo do Direito, segundo o palestrante, a tendência é de se valorizar somente acusações, deixando o direito de defesa dos cidadãos de lado – a exemplo do caso da Operação Lava Jato. “Não se dá valor ao trabalho de defesa, apenas ao de acusação.”

Em uma reflexão sobre os papéis do Estado – como fiscalizador e viabilizador de serviços essenciais aos cidadãos – e da população – como destinatário e credor dos serviços públicos –, o advogado pondera que cada vez mais está sendo exigido do governo a contrapartida do uso das contribuições e recursos públicos.

“O povo é devedor de tributos e todo devedor tem um credor, e hoje ele está pensando no que o Estado está dando em troca. Temos hoje a



cidadania sangrando, com clima de insegurança e a população está cobrando isso”, ilustrou o advogado.

Essa cobrança da sociedade acaba sendo aplicada também aos servidores públicos, que se tornam alvo de questionamentos. “Quem representa o Estado são os carreiristas e eles são vistos com estes mesmos parâmetros. Por isso precisamos mostrar para a população o que está sendo feito por ela”, afirmou.

O papel dos Auditores foi defendido por Mattar Assad como fundamental para viabilizar o desenvolvimento de políticas públicas de qualidade voltadas à setores como educação, saúde, segurança, transporte, entre outros.

Para a categoria, é importante o diálogo para que a população reconheça a classe como uma aliada para conseguir melhores serviços. “Nós lutamos pela honestidade e para que tenhamos condições de desenvolver

um bom trabalho de arrecadação e assim construir um país melhor, colaborando com os nossos governantes para que eles possam fazer uma boa administração”, defendeu o presidente do Sindicato do Fisco Estadual do Acre (Sindifisco/AC), Gielson de Azeredo Cabral Coelho.

SOLIDARIEDADE

Diante da difícil conjuntura que a Receita Estadual do Paraná e os Auditores vem passando – com as acusações e generalizações –, ao fim da palestra, Mattar Assad convidou todos os presentes a darem as mãos e declararem apoio à categoria.

“Para nós, esse apoio é muito importante, porque a imagem da categoria está sendo injustamente manchada por conta de uma pequena minoria”, declarou o presidente do Conselho de Representantes Sindicais (CRS) do SINDAFEP, Reginaldo França.

O uso e as consequências da delação premiada

Assumir o crime e “entregar” outros envolvidos em troca da possibilidade da diminuição da pena futura. Em poucas palavras, é nisso que consiste a delação premiada, termo que é cada vez mais ouvido nos noticiários. A prática foi tema de discussão na palestra *Delação Premiada: do Ontem ao Hoje*, comandada pelo advogado Roberto Delmanto Junior, que encerrou o ciclo de atividades do Encontro Nacional dos Fiscos Estaduais e Distrital em Defesa das Garantias Constitucionais e da Lei Orgânica da Administração Tributária.

“A delação premiada é uma confissão qualificada. O que está em jogo não é a idoneidade e a fala do delator, mas o conteúdo do que ele diz”, esclareceu Delmanto Junior.

A ética da delação é algo subjetivo de acordo com o palestrante, que considera este um “ato egoístico”, já que não se exige arrependimento. “Na questão ética, temos a traição versus o pragmatismo”, contou.

Segundo o advogado, a prática existe há séculos e já nasceu no Brasil em uma revolução, o primeiro caso foi em 1759 quando o Joaquim Silveira dos Reis fez a delação e se livrou da pena de morte.

Nas últimas décadas, a delação vem sendo subsidiada por oito leis: a 8.072/1990, sobre crimes hediondos; a 8.137/1990, de ordem econômica, tributária e relações de consumo; a



7.492/1986, do sistema financeiro; a 9.269/1996, sobre extorsão mediante sequestro; a 9.613/1998 de lavagem de dinheiro; 9.807/1999, de proteção de réus colaboradores; a 11.343/06, Lei de Drogas; e a atual lei 12.850/13, nova Lei de Organização Criminosa.

No entanto, foram apontados alguns problemas na prática que vêm sendo cada vez mais usados nos últimos tempos, como a parcialidade, e a falta de espontaneidade e de direito ao contraditório.

A falta de segurança para os envolvidos também foi destacada, já que legalmente a identidade do delator não poderia ser revelada por meios de comunicação – diferentemente do que acontece hoje.

“A delação é a caixa preta do processo penal. Nós não sabemos o que acontecerá no futuro com isso. Na Itália, por exemplo, havia uma proteção à vida do delator porque a máfia matava quem

falasse. Já no Brasil ainda não sabemos no que pode dar, mas tivemos algumas mortes na história”, afirmou Delmanto Junior.

A utilização da delação como forma de antecipação da pena foi bastante criticada pelos representantes do Fisco presentes no Encontro. Os casos do Paraná – que teve Auditores presos apenas por terem sido citados em depoimentos – e da Paraíba – que tem dois Auditores presos há mais de 90 dias – foram frisados pelo vice-presidente do Sindicato dos Integrantes do Grupo Ocupacional Servidores Fiscais Tributários do Estado da Paraíba (Sindifisco-PB), Almir Nobrega da Silva.

“Estamos convictos do erro que está sendo cometido com este instrumento. Prender alguém para forçar ele a fazer a delação é um absurdo. O que está colocado aqui e que tende a se espalhar por todo o país é muito preocupante”, destacou Silva.

Defesa da Categoria

SINDAFEP e Fenafisco defendem o Fisco na Alep

Visando defender os direitos dos Auditores Fiscais, em 18 de agosto, o SINDAFEP e a Fenafisco realizaram um dia de visitas na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (Alep).

Durante o dia, foram realizadas reuniões com o deputado estadual Luiz Claudio Romanelli (PMDB) e com o presidente do Legislativo, Ademar Traiano (PSDB).

Nos encontros, o principal tema tratado foi o anteprojeto de lei do governo do estado, que visa alterar a Lei Complementar (LC) 131/2010 – que trata da carreira do Auditor Fiscal.

O SINDAFEP já realizou diversas visitas aos parlamentares para alertar sobre os problemas que o anteprojeto pode acarretar para o Fisco paranaense como um todo. Com a presença da Fenafisco em Curitiba, os dirigentes aproveitaram a oportunidade para a Federação também se posicionar em relação ao projeto e seus reflexos na administração tributária (Fisco) e na carreira dos Auditores Fiscais.

Além disso, foram discutidas a PEC 186/2007 e a Loat, que trilham, em alguns pontos, caminhos opostos a este projeto apresentado e encaminhado pelo governo do Paraná – mas que, no entanto, propõem alterações que buscam o combate à corrupção e a sonegação fiscal.



“Há mais de uma década se trabalha neste projeto que, certamente, garantirá um aparelho fiscal mais eficiente para o país”, informou o presidente da Fenafisco, Manoel Isidro dos Santos Neto.

O SINDAFEP JÁ FEZ DIVERSAS VISITAS AOS PARLAMENTARES PARA ALERTAR SOBRE OS PROBLEMAS QUE O ANTEPROJETO PODE ACARRETAR PARA O FISCO.

De acordo com a diretoria do SINDAFEP, os deputados compreenderam que o anteprojeto possui problemas em alguns pontos e deve ser reavaliado.

“Eles entenderam que a matéria precisa ser reanalisada e que deve haver mais debate para amadurecê-la antes de ser aprovada, por meio de um projeto mais adequado ao papel Fisco, já que este é órgão de estado e não de governo”, explica o vice-presidente sindical do SINDAFEP, Wanderci Polaquini.

Representando a Fenafisco estiveram presentes o presidente, Manoel Isidro dos Santos Neto, o diretor de Formação Sindical e Relações Intersindicais, Rogério Macanhão, e o diretor para Assuntos Técnicos e Comunicação, Charles Johnson da Silva Alcântara; já pelo SINDAFEP participaram o presidente, José Carlos Carvalho, o vice-presidente sindical, Wanderci Polaquini, o vice-presidente de Finanças, Olávio Pires Pereira, e o Auditor Fiscal Giancarlo Schetini de Almeida Torres.

SINDAFEP inicia defesa da categoria por Paranaguá



Membros da comissão indicada pelo CRS do SINDAFEP iniciaram, em Paranaguá, no início de julho, uma série de visitas a todo o Estado, divulgando uma declaração em defesa da categoria.

O advogado e porta-voz da categoria, Elias Mattar Assad, e o vice-presidente de Finanças da entidade, Olávio Pires Pereira, acompanhados do chefe da Agência da Receita Estadual de Paranaguá, Marcelo Gabriel, e da acadêmica de Direito Thaise Mattar Assad, fizeram uma visita à redação da *Folha do Litoral News*.

“Paranaguá foi escolhida por ser a cidade-mãe do Estado e também por

O SINDAFEP FARÁ VISITAS EM TODO O ESTADO EM DEFESA DA CATEGORIA.

fazer parte de uma delegacia da Receita atuante e com um excelente relacionamento na cidade”, destacou o advogado Elias Mattar Assad, que falou da importância de a opinião pública não generalizar os servidores como se todos estivessem envolvidos no esquema de corrupção da Receita Estadual.

“Neste meio existem pessoas tão honradas quanto em qualquer outro segmento. Investigar, acusar, defender e julgar é um ato de amor e não de ódio. O Auditor Fiscal é um patrimônio estadual”, ressaltou Assad, enfatizando que os Auditores Fiscais exercem um papel fundamental para o estado do Paraná.

Mattar frisou que “a Receita Estadual tem servidores admitidos por rigoroso concurso público. Auditores Fiscais são servidores do Estado, e não de governos, o que incumbe à categoria fiscalizar o cumprimento de todas as regras de arrecadação estadual”.

O porta-voz destacou que, pela CF e pelo Código de Processo Penal, tudo deve ser investigado com rigor e comedimento necessários, prevenindo erros e injustiças que atingem todos os Auditores. Ele lembrou também que o correto desempenho das atribuições é tamanho que, entre as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, o Paraná foi o estado que mais aumentou a arrecadação – em torno 65% de crescimento, baseando-se em dados de 2010 a 2014.

“As inconseqüências e excessos ilegais, que levaram à hostilização pública dos Auditores Fiscais, impossibilitando o exercício fiscal, interessam apenas aos sonegadores que abominam a ideia de cumprir a lei e de serem fiscalizados, com repercussões negativas na arrecadação, que se fará sentir nos próximos meses. Assim sendo, o SINDAFEP clama pela racionalidade, e que sejam evitados os perigos da generalização, uma vez que tudo será esclarecido em breve, sob o crivo do contraditório do processo penal, circunscrito aos que dele fazem parte”, destacou Mattar Assad.

“Aquilo que orgulha um povo não é a opinião apressada e desequilibrada de alguns setores sobre outros, e sim a prudência indutora da justa aplicação do direito posto”, finalizou.

*Com informações da
Folha do Litoral News*

Defesa da Categoria

ACIPG apresenta moção de louvor a Auditores da Receita Estadual

O presidente da Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Ponta Grossa (ACIPG), Nilton Fior, apresentou uma moção de louvor aos Auditores Fiscais da Receita Estadual do Paraná.

O executivo da entidade teceu elogios à categoria e destacou que, apesar de a Associação ser um canal aberto aos mais de dois mil associados, nunca recebeu qualquer denúncia que colocasse em questão a conduta de Auditores Fiscais que atuam na região. Para Fior, os casos de eventuais desvios de conduta que estão sendo investigados devem ser apurados com rigor e sem generalizações, circunscritos aos processos e seus envolvidos, com a consciência de que não representam a forma de atuar de toda a categoria.

As declarações foram feitas durante a solenidade de abertura do evento promovido pela ACIPG em 30 de julho, na sede da entidade, em

**ESTA PÚBLICA
MOÇÃO DE LOUVOR
APRESENTADA EM
HOMENAGEM À
VALOROSA CLASSE
DOS AUDITORES
FISCAIS MINIMIZA
INJUSTIÇAS DA
GENERALIZAÇÃO.**



Ponta Grossa. O objetivo do evento foi a apresentação de uma palestra sobre temas fiscais.

O palestrante, José Carlos Gomes Diniz, Auditor Fiscal e inspetor regional de Fiscalização da 3ª Delegacia Regional da Receita (DRR), tratou de assuntos referentes à Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica, ao Programa Nota Paraná e às novas regras de EFD, Refis 2015 e Cadin. Também foi lançada, na ocasião, a ferramenta para a emissão da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica – emissor gratuito.

O evento teve ainda a participação do delegado Regional da 3ª DRR, Odair de Paula Bomfim, e do representante do Conselho Regional de Contabilidade Aguinaldo Mocelin, que também enalteceu a Receita Estadual e o papel dos Auditores. O advogado Elias Mattar Assad, ao agradecer a moção de solidariedade da entidade, falou sobre a importân-

O EXECUTIVO DA ENTIDADE TECEU ELOGIOS À CATEGORIA

cia de a região de Ponta Grossa ser um exemplo de harmonia entre as empresas e a Receita Estadual.

“Aqui, como de regra, os Auditores trabalham cumprindo fielmente seus deveres legais e com reconhecimento de todos e, acima de tudo, dos contabilistas com os quais têm convívio diário. Esta pública moção de louvor apresentada em homenagem à valorosa classe dos Auditores Fiscais minimiza injustiças da generalização e demonstra que todos estamos atuando na esperança de termos um Paraná e um Brasil melhores”, afirmou o advogado.

Com informações do escritório

Elias Mattar Assad

Assembleia define propostas de alteração ao anteprojeto do governo

Manter a autonomia da Coordenação da Receita Estadual (CRE) e o Conselho Superior de Auditores Fiscais (CSAF) na sua estrutura; adequar as penalidades de forma semelhante a outras carreiras correlatas; e reestruturar as promoções dos Auditores Fiscais foram algumas das propostas de alteração no anteprojeto de lei do governo do Paraná que pretende modificar a estrutura da Receita Estadual.

Essas definições foram deliberadas durante Assembleia Geral Extraordinária realizada pelo SINDAFEP em 1º de agosto, no Restaurante Dom Antônio, em Santa Felicidade.

Diversos filiados expuseram suas opiniões para construir da melhor forma o texto que será levado aos deputados. As propostas foram apresentadas e votadas uma a uma, na mesma ordem do projeto do governo.

Previamente, uma comissão constituída para analisar o anteprojeto foi



responsável por realizar um documento com sugestões e justificativas.

A alteração da CRE – que o governo propõe transformar em nível de execução da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa) – foi rejeitada por unanimidade pela categoria, que vê nisso um retrocesso de pelo menos 50 anos e vai em desencontro com a PEC 186/2007, que pretende ampliar a autonomia hoje existente.

“É uma proposta que retira da CRE seu caráter de regime especial e a transforma em um departamento de execução da Sefa”, afirmou o vice-presidente sindical do SINDAFEP, Wanderci Polaquini.

O apoio de todos à luta é fundamental para reestruturar a carreira dos Auditores Fiscais com base no excelente trabalho que vem sendo desenvolvido pela maioria da categoria.



**DIVERSOS
FILIADOS
EXPUSERAM
SUAS OPINIÕES
PARA CONSTRUIR
DA MELHOR
FORMA O TEXTO
QUE SERÁ
LEVADO AOS
DEPUTADOS.**

Exemplo tributário alemão é tema de palestra da Fenafisco

A luta dos Auditores Fiscais pela aprovação da PEC 186/2007 foi o principal tema da VI Plenária Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Plenafisco) e VI Congresso Extraordinário do Fisco Estadual e Distrital (Conafisco), que ocorreu de 3 a 7 de agosto, na Praia do Forte, Bahia.

A PEC – que estabelece a autonomia da administração tributária, assim como medidas efetivas de combate à sonegação, à corrupção e ao trabalho escravo – foi tema de debates e palestras durante o evento. O SINDAFEP esteve presente para atualizar a conjuntura e a pauta da categoria.

PALESTRAS

Entre os assuntos tratados nos cinco dias de Congresso e Plenária, foi defendida principalmente a atuação do Fisco de forma organizada e independente, que reflita o seu importante papel na arrecadação de tributos e no combate à sonegação fiscal.

O evento foi um momento de reflexão e contribuição para prevenir retrocessos e garantir avanços para o país.

Durante a palestra da deputada federal alemã Margaret Horb e da advogada e consultora em direito Adriana Schier, foi destacada a importância de uma arrecadação tributária progressiva para a promoção do desenvolvimento econômico e social dos estados e países.

Segundo Horb, “para que um Estado possa viver, ele precisa de di-



nheiro. Para arrecadar e canalizar esse dinheiro, o Estado criou o sistema tributário. Ricos e pessoas que possuem uma renda superior devem, necessariamente, dar maior parcela de colaboração financeira para o fortalecimento do Estado”.

A deputada também salientou a importância de o Fisco agir sem a interferência de quem podem estar, em alguns casos, envolvidos diretamente na sonegação ou evasão fiscal. Por isso, a essência da PEC 186 é dar autonomia às administrações tributárias, evitando a corrupção.

Para ela, o papel do Auditor Fiscal vai além de um arrecadador. “Não pretendo ver nossos funcionários fiscais atrás de mesas e em funções predominantemente burocráticas. Para aumentar a eficácia do nosso labor, é importante que o Auditor Fiscal esteja em campo, fiscalizando e garantindo maior arrecadação para que o Estado

canalize recursos a serem investidos em áreas que promovam desenvolvimento econômico e social”, explicou Horb.

CULTURAL

Além das palestras e debates entre a categoria, a VI Plenafisco e VI Conafisco também contou com concursos culturais para animar os participantes. Neste ano, foram apresentados trabalhos técnicos no 6º Concurso de Monografias da Fenafisco.

O primeiro e o oitavo lugares foram de Auditores Fiscais do Paraná: Edson Luciani de Oliveira e Douglas Roberto Ferreira, com os títulos *Tributação da Energia no Brasil: novas formas de tributação pelo princípio da solidariedade visando a proteção ambiental e a evolução nacional* e *Protesto da Certidão de Dívida Ativa*, respectivamente. Um orgulho para o Fisco do estado!

O evento é promovido pela Fenafisco, à qual o SINDAFEP é filiado.

PGP-PR é divulgado nos Campos Gerais

A Associação dos Municípios dos Campos Gerais (AMCG) recebeu, em julho, representantes do Prêmio Gestor Público Paraná (PGP-PR) que divulgaram a iniciativa na região.

Foram discutidas melhorias para a gestão financeira dos municípios, uma delas premiada na segunda edição do PGP-PR.

O delegado regional da Receita Estadual de Ponta Grossa, Odair de Paula Bonfim, falou da importância do trabalho feito pelos Auditores Fiscais no Paraná, com aumento de 64% da arrecadação em 2014.

Para os prefeitos, projetos que ajudem na arrecadação são bem-



-vindos, principalmente com os cortes de repasses do governo federal. A reunião ocorreu na sede da AMCG em Ponta Grossa e teve a participação

de diversos prefeitos e dos avaliadores do Prêmio Acir Ribeiro Esturaro, Carlos Gilberto Schafer e Paulo Henrique Cieslak.

Foz do Iguaçu recebe representantes do PGP-PR

A regional de Foz do Iguaçu recebeu em julho, a vice-presidente de Administração do SINDAFEP, Nilce Costa de Oliveira Nascentes, e o Auditor Fiscal e avaliador do PGP-PR Renato Pazzanese.

A visita a vários municípios teve como intuito divulgar o Prêmio e realizar contato direto com os gestores públicos da região.

Foi realizada visita na sede da prefeitura de Itaipulândia, que confirmou a participação na terceira edição do evento – mesmo que os projetos ins-



critos não sejam relacionados ao meio ambiente, que é o tema deste ano.

De acordo com Nilce, “serão avaliados os resultados que os projetos

repercutem na população, dando visibilidade a eles, pois temos diversas iniciativas boas no estado que muitas vezes não são conhecidas”.

PGP-PR

Projetos inscritos no PGP-PR serão apresentados em outubro

Outubro é o mês de início das apresentações dos projetos inscritos na terceira edição do PGP-PR. Depois de visitar os municípios e acompanhar as iniciativas, os Auditores Fiscais e avaliadores do Prêmio compartilharão com os membros do Comitê Técnico suas impressões.

Neste ano, o processo de apresentações será diferente. Além de Curitiba, os municípios de Cascavel e Maringá também participarão desta fase.

O objetivo, segundo diretoria do SINDAFEP, é facilitar tanto o trabalho o Comitê quanto dos avaliadores, evitando grandes deslocamentos.

Em 1º, 2, 5 e 6 de outubro, as regionais de Curitiba, Região Metropolitana, Ponta Grossa e Guarapuava se apresentarão na capital paranaense.



Em 2 de outubro, Cascavel sediará as apresentações dos municípios pertencentes às regiões de Cascavel e Pato Branco. De 5 a 8 do mesmo mês, Maringá receberá os avaliadores de Jacarezinho, Londrina, Maringá e Umuarama. O local das apresentações

ainda será definido pela diretoria do Sindicato.

Ao fim desta fase, terá início o processo para a escolha dos melhores projetos desenvolvidos no estado neste ano, pela Comissão Julgadora, os quais serão contemplados na solenidade de premiação.

Avaliadores do PGP-PR em busca de bons projetos

Encontrar projetos que tragam resultados positivos para a comunidade, esta é a missão dos avaliadores do PGP-PR. Neste ano, os avaliadores de campo têm trabalhado intensamente para garantir que boas iniciativas participem da terceira edição da premiação.

Um exemplo disso são os avaliadores da região de Maringá. Em 12 de agosto, a avaliadora Rosa Fátima dos Santos se reuniu com gestores do mu-

nicipio para divulgar o Prêmio e ajudar a identificar os projetos.

Representantes das Secretarias Municipais de Saúde, Meio Ambiente, e de Esporte e Lazer participaram da reunião e mostraram as atividades que desenvolvem. Segundo a avaliadora, todos se mostraram muito interessados no PGP-PR.

“Essas reuniões acabam sendo motivacionais para os gestores. Nós apre-

sentamos o Prêmio e explicamos, isso faz com que eles fiquem muito animados”, frisa Rosa.

Para a Auditora Fiscal, a terceira edição do PGP-PR deve ser um sucesso. “Este ano temos projetos muito interessantes, cuja metodologia pode ser replicada para outras prefeituras que tiverem interesse neste tipo de ação na área de meio ambiente, esportes e educação”, afirma.

Contos e crônicas acompanham Auditor Fiscal aposentado

O Auditor Fiscal aposentado Luiz Celso de Matos é um exemplo de superação e já lançou três livros com contos e crônicas.

Atuando em diferentes cidades, trabalhou em Barracão, Almirante Tamandaré, Curitiba e no final da carreira pediu remoção para Londrina. Depois voltou para Curitiba e se aposentou em abril de 1991 na 1ª DRR, local onde trabalhou a maior parte da carreira.

Depois de aposentado, Matos começou a escrever. Se dedicou a contos e crônicas, mas também redigiu textos técnicos abordando a dependência química, publicados tanto em livro quanto em periódicos, como o *Jornal do Batel* e o *Jornal Colorido*.

O aposentado conta como foi o início: “de repente, começou a pintar a vontade de teclar e isso foi surpreendente até para mim. Me surpreendi com essa possibilidade, eu não conhecia esse meu outro lado, mas foi muito prazeroso começar a escrever”, explica.

LIVROS PUBLICADOS

Seu primeiro livro publicado foi o *Mega Cena* (2003). O título se refere a um grande cenário e o conteúdo traz contos ocorridos no interior. O Auditor afirma que quem morou no interior se identifica com as histórias, pois são cenas que fazem parte do cotidiano dessas pessoas.

Matos conta que o lugar onde mais livros foram vendidos foi no Encontro dos Fiscais Aposentados e Pensionistas (EFA) do SINDAFEP, em Guaratuba-PR.

O segundo livro lançado, também de contos, foi *A Renúncia da Prefeita*, em 2007. A obra é finalizada com uma narração que leva o mesmo nome de seu título.

Terceiro livro escrito por Matos, *Ciência e Vivências – Reflexões Sobre Alcoolismo & Drogradição* (2009) é resultado da própria experiência do aposentado, que sofreu da doença do alcoolismo.

O livro traz uma abordagem de contos com possíveis experiências de dependentes do álcool, pois mostram uma leitura de pessoas que estão caminhando para isso. Matos conta que viveu tudo isso e procura mostrar o que viu dentro de suas próprias histórias.

O aposentado explica que “100% das pessoas bebem, mas somente de 10 a 15% vão sofrer da doença da dependência, esse número é mundial. Apenas 2% das pessoas conseguem encontrar a recuperação para a doença”.

Hoje, o Auditor conta que é outra pessoa e que já conseguiu controlar o alcoolismo.



FÓRMULA PARA A FELICIDADE

Com uma vida tranquila na aposentadoria, Luiz Celso explica qual é a fórmula para a felicidade: “quem já está aposentado deve começar a buscar bibliotecas ou algum tipo de trabalho social”.

“Pensar no outro é o caminho curto para encontrar a felicidade. Ajudar o outro e ser útil, essa é a fórmula mágica que eu encontrei para a felicidade”, finaliza.



Sindical

Mais uma turma formada com o curso de Inclusão Digital

Em 17 de agosto, mais uma fase do curso de Inclusão Digital – promovido pelo SINDAFEP em parceria com o Programa do Voluntariado Paranaense (Provopar Estadual) e a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (Celepar) – foi concluído.

No último dia do curso foi feita a solenidade de entrega dos certificados. Representando o SINDAFEP esteve presente a diretora social da entidade, Eduvirge Ferro; ainda participaram do evento a presidente do Provopar Estadual, Carlise Kwiatkowski, e o presidente da Celepar, Jackson Carvalho Leite.

Desta vez, 47 alunos foram formados pelo curso. Após as aulas, aposentados e pensionistas aprenderam a mexer no computador, acessar as novas tecnologias e navegar na internet com as noções básicas de informática repassadas pelos instrutores.



CRÉDITOS: MANOEL CELDEIRA

Luzia Cardoso da Silva tem 67 anos, é pensionista filiada ao SINDAFEP e conta que antes tinha noções mínimas de tecnologia e que, com os conhecimentos adquiridos no curso, melhorou até sua rotina.

“O curso foi muito bom, consegui aprender bastante e também ter mais contato com as pessoas. Agora estou até nas redes sociais! Se quero ver uma receita procuro direto no Google, não

dependo mais dos netos”, afirma Luzia.

O curso é desenvolvido desde o ano passado e vem ajudando idosos de todo o estado.

Para a diretoria do Sindicato, o curso é uma excelente oportunidade de promover a socialização dos idosos e ainda torná-los mais atualizados e independentes, já que poderão se conectar às tecnologias sem depender de ajuda.

Atenção, filiados! Venda de seguros não possui vínculo com o SINDAFEP

O SINDAFEP informa à categoria que não possui convênio com qualquer corretora de seguros.

Solicitamos aos nossos filiados que, se forem assediados por vendedores de

seguros de vida em nome do SINDAFEP, que exijam a identificação do vendedor e respectiva corretora e encaminhem essas informações ao Sindicato para que este tome as medidas necessárias.



SINDAFEP participa da 4ª edição da campanha 'Agosto Azul'

O SINDAFEP participou, em 1º de agosto, do lançamento da campanha Agosto Azul. A ação foi realizada durante a manhã, com uma caminhada iniciada na Praça Santos Andrade em direção à Boca Maldita.

No final do percurso, os participantes puderam assistir a uma apresentação da Banda da Polícia Militar e também praticaram atividades físicas com orientação de profissionais do Conselho Regional de Educação Física (Cref).

A ação, apoiada pelo SINDAFEP, é dedicada à saúde do homem, ressaltando a importância dos cuidados com a saúde e da prevenção como a melhor forma de manter uma vida saudável.

Com início em 2012, o Agosto Azul foi instituído por lei e, desde então, o governo do Paraná realiza ações durante todo o mês para mobilizar a população masculina. Na edição



deste ano, a campanha é voltada ao incentivo da prática de hábitos saudáveis, com alimentação balanceada e exercícios físicos regulares. O tema da campanha vem da necessidade do cuidado da saúde pela população masculina. Com a falta de cuidados, os homens podem sofrer de obesidade e sedentarismo – fatores que aumentam os riscos à saúde, como doenças cardíacas.

A prática da atividade física ajuda na prevenção da obesidade, da hipertensão e do diabetes e abaixa o colesterol.

“Neste ano, o Agosto Azul tem como foco os riscos cardiovasculares e o SINDAFEP está participando dessa campanha, convidando todos os filiados a promover a saúde do homem. O lançamento foi feito no sábado, mas ao longo do mês outras atividades são realizadas. Há anos o Sindicato é parceiro nessa causa e defende a saúde do homem”, afirma a assistente social do Sindicato, Maria Inês Dias Chaves Pereira.

A campanha terá ainda movimentações diversas em todo o estado. Serão feitas exposições de fotos; ações sobre saúde do homem; e palestras com foco em agrotóxicos e tuberculose relacionados à saúde masculina e outros temas importantes para que a saúde dessa população seja levada a sério pelos paranaenses.



Campanha Agosto Azul conta com a participação do Cedi-PR

O Conselho Estadual dos Direitos do Idoso (Cedi-PR), assim como diversas outras entidades e o SINDAFEP, está apoiando a campanha Agosto Azul.

Neste ano, a temática de exercícios físicos e alimentação balanceada incentiva os homens a cuidarem melhor de sua saúde, dessa forma, tendo um aumento da longevidade e prevenindo doenças.

O Auditor Fiscal Osmar de Araújo Gomes, que compõe o Cedi-PR, esteve reunido na última semana com o coordenador da Saúde do Homem na Secretaria de Saúde do Paraná, Rubens Bendlin, que também faz parte



do Conselho do Idoso. Os dois trataram das ações da campanha e de que forma

levar as informações do Agosto Azul para os idosos.

Aposentados e pensionistas são convidados a participar do EFA

Em 27 de agosto, foi realizada mais uma reunião mensal de aposentados e pensionistas do SINDAFEP. Durante o evento, que foi a última antes do 25º EFA, os presentes foram informados de todas as atividades previstas e convidados a participar desta edição do evento.

De acordo com a diretoria do SINDAFEP, neste ano os Auditores poderão participar de novas atrações pensadas para promover maior entretenimento e diversão no Encontro. Uma delas é a apresentação de uma peça teatral.

Os aposentados ainda foram informados sobre as próximas edições da Expo-



arte e da Expofoto, que deverão ocorrer entre 16 e 20 de novembro. A diretoria do

SINDAFEP convidou todos a começar os preparativos de suas obras para a mostra.